

Jornal da Manhã

Editais e Atos Oficiais

Data: 16/07/2023

As Administradoras e Administrada da **renovagro** INSTITUIÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL
Uberaba - Minas Gerais

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis, de Renovagro Agricultura Renovável S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Renovagro Agricultura Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião com ressalva

Ajuste de exercício anterior

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, A Companhia efetuou correção de exercício anterior no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 47.543 mil (R\$ 16.773 mil, em 31 de dezembro de 2021) e está com um patrimônio líquido no montante de R\$ 75.422 mil. Conforme apresentado na Nota nº 1.1, a administração da Companhia está adotando medidas para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e a necessária geração de caixa. Estas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levar à dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos contábeis de 31 de dezembro de 2021

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e nosso relatório datado de 29 de abril de 2022, contém as ressalvas quanto a limitação de escopo, restrição de partes relacionadas - limitação de escopo, respostas de circularizações, Certificação de Recebíveis do Agronegócio - limitação de escopo, constituição de PCLD, bens em comodato - limitação de escopo e ajustes de exercícios anteriores, não aplicável para esse exercício.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar o uso, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com a norma brasileira e internacional de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar as decisões econômicas que os decisores tomaram com base nas referidas demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com a norma brasileira e internacional de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar as decisões econômicas que os decisores tomaram com base nas referidas demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com a norma brasileira e internacional de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar as decisões econômicas que os decisores tomaram com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como evidenciamos a auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, fabricação, omissão ou representação falsa intencional;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão sobre fundamentação nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 19 de maio de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CNPJ: 25P-034.768/0-0

Marcos Castro Vaz
Contador: CRC: ISF-239.472/0-2

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	2022	2021
ATIVO		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.521.073
Contas a receber	5	64.110.001
Estoque	6	16.547.418
Adiantamentos diversos	7	8.860.311
Impostos a recuperar	8	2.366.621
Outros créditos	9	2.122.164
Total do ativo circulante	103.628.424	74.622.766
Ativo não circulante		
Contas a receber	5	-
Partes relacionadas	10	-
Investimentos	11	115.210
Impostos diferidos	12	9.793.601
Intangível	13	3.966.597
Intangível	13	79.345
Total do ativo não circulante	13.948.063	48.806.749
Total do ativo	117.576.487	123.429.515

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2022	2021
Passivo circulante		
Emprestimos e financiamentos	14	112.881.873
Fornecedores	15	30.242.449
Obrigações sociais e trabalhistas	-	339.920
Obrigações tributárias	16	2.474.146
Adiantamentos de clientes	-	812.448
Provisões diferidas	-	1.737.160
Outras obrigações	-	83.921
Total do passivo circulante	151.169.918	91.366.637
Passivo não circulante		
Emprestimos e financiamentos	14	24.912.960
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	17	-
Deduzíveis	18	10.867.980
Provisões para contingências	19	461.862
Obrigações tributárias	16	5.545.522
Provisão para perda com investimentos	11	-
Provisões diversas	-	694.545
Total do passivo não circulante	41.827.312	31.147.347
Patrimônio líquido		
Capital social	20	10.010.000
Reservas acumuladas	-	8.122.149
Total do patrimônio líquido	(75.422.143)	866.714

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	2022	2021
Resultado líquido de vendas de Mercadorias	21	72.769.275
Resultado líquido de vendas de Serviços	22	1.518.883
Resultado bruto	41.247.343	33.049.960

	2022	2021
Despesa operacional	22	(17.673.536)
Despesas administrativas e gerais	23	(1.803.905)
Resultado operacional	(25.213.098)	(8.297.200)
Outros resultados abrangentes	-	(21.214.586)
Resultado antes do IRPJ/CSLL	(26.212.796)	(29.511.786)

	2022	2021
Lucro operacional antes do resultado financeiro	5.028.604	16.881.493
Recursos financeiros	24	5.908.408
Despesas financeiras	24	(51.431.431)
Resultado financeiro líquido	(40.512.419)	(29.721.536)
Resultado antes do IRPJ/CSLL	(20.422.816)	73.875

	2022	2021
Imposto de Renda e Contribuição Social Corporativa	12	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Efetiva	12	9.793.601
Resultado do exercício	(19.629.216)	73.875

	2022	2021
Resultado do exercício	(19.629.216)	73.875
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(19.629.216)	73.875

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.010.000	10.010.000
Integração capital	-	-
Lucro líquido do exercício	73.875	73.875
Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.501.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.083.875	8.582.181

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.083.875	8.582.181
Lucro líquido do exercício	73.875	73.875
Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.501.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.157.750	8.154.462

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	150.629.216	73.875
Resultado do exercício	(19.629.216)	73.875

Ajustes por:	2022	2021
Ajustes de amortização	678.941	558.158
Base de imobilizado	1.171.325	-
Variações cambiais e monetárias líquidas	-	-
Provisão de contingências	(21.022)	(308.898)
Ajustes de exercícios anteriores	(85.688.438)	(1.501.594)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	28.261.451	-
Imposto de renda diferido	(9.793.601)	-
Juros pagos	(86.001.763)	(1.179.931)

Variação nos ativos e passivos	2022	2021
Contas a receber	4.750.806	(10.360.568)
Estoque	(12.180.387)	1.079.884
Adiantamentos diversos	(3.529.469)	(2.167.248)
Impostos a recuperar	(258.416)	(897.188)
Outros ativos	2.121.404	(17.762.089)
Fornecedores	7.889.203	(1.812.165)
Obrigações sociais e trabalhistas	32.984	(1.848.978)
Obrigações tributárias	(1.105.284)	1.148.871
Adiantamentos de clientes	17.146	(157.686)
Outros passivos	2.403.157	(332.887)
Juros pagos	(7.533.345)	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(63.962.524)	(30.471.247)

Fluxos de caixa das atividades de investimento	2022	2021
Aumento de capital	10.000	-
Investimentos	(1.225.527)	-
Imobilizado	(1.540.878)	(1.214.506)
Intangível	(88.272)	(12.343)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.814.417)	(1.226.849)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento	2022	2021
Partes relacionadas	25.434.442	(3.566.444)
Captação de empréstimos e financiamentos	52.381.491	39.713.152
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(10.480.352)	-
Caixa proveniente das atividades de financiamento	67.335.581	36.146.708

(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	2022	4.483.642
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	12.262.633	7.813.991
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	12.521.073	12.262.633
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	238.540	4.483.642

1. Contexto operacional

A Renovagro Agricultura Renovável S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, mutuação ocorrida em 15 de dezembro de 2020, com sede na cidade de Uberaba, Minas Gerais e tem como objeto social não-recuperação/acumulação, O cultivo de cana-de-açúcar, a produção, a distribuição, a comercialização, a prestação de serviços, a comercialização de produtos agrícolas e pecuários, adubos, fertilizantes, corretivos de solo e demais insumos em geral, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuario, alimentício, meio ambiente, partes e peças, aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas e atividades de importação e exportação de mercadorias em geral.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 19 de maio de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Este conjunto de demonstrações contábeis foi preparado pela Companhia de acordo com o CPC PME, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e serão apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são mais significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.14.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

a) **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal e de qualquer entidade não-recuperação/acumulação, ou qual é a Companhia (aíla ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

b) **Operações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como receita ou despesa financeira.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação deduzidas a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

Os encargos cobrados pelo banco devem ser reconhecidos como despesa financeira, na demonstração do resultado, pelo prazo do desconto da duplicata, utilizado a metodologia de taxa de juros efetiva.

2.5. Estoques

Os estoques de mercadorias para revenda são avaliados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio". Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas do balanço. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.6. Investimentos em coligadas

Os investimentos da Companhia em sua coligada são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC18 - (R2 28), para fins de demonstrações contábeis.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial da Companhia com custo, adicionados das mudanças das participações societárias na coligada após a aquisição.

A participação societária na coligada é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído à Companhia.

2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não-recuperação/acumulação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baseado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando reconhecidos.

Os valores resultantes, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando reconhecidos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada sobre a seguinte:

- Edifícios e benfeitorias em imóveis de terceiros:** 25 anos;
- Máquina, móveis, utensílios:** 10 anos;
- Veículos:** 05 anos;
- Equipamentos de informática:** 05 anos.

Os valores resultantes, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.8. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor contábil do ativo quando exceder seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para uma possível reversão da redução para perdas por impairment na data do balanço.

2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa anual de desconto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11. Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido.

2.12. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de comissões, devoluções, abatimentos e descontos.

a) Venda de produtos

A Companhia reconhece a receita de produtos quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; (iii) a Companhia tenha transferido para o cliente os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos; (iv) a Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos e (v) os custos incorridos ou a incorrer com relação à transação possam ser mensurados de forma confiável.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

2.13. Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro real, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tribut